# O uso da Eletroestimulação Pélvica como recurso fisioterapêutico no tratamento das disfunções uroginecológicas

**Autor(res)**

Ana Carolina Lino Silvério
Mateus Nascimento Da Silva
Giovanna Fernandes Freitas
Monalisa Silva Miguel
Isabella Alves Fagundes Pires
Lallesk Aparecida Cardoso Carrijo

**Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

**Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA

**Introdução**

As disfunções do assoalho pélvico são condições comuns que afetam mulheres e homens, podendo comprometer a continência urinária e fecal, a função sexual e a qualidade de vida. Dentre elas, destacam-se a incontinência urinária de esforço, de urgência ou mista, o prolapso de órgãos pélvicos e a dor pélvica crônica. O tratamento fisioterapêutico dessas condições é fundamental, pois atua na melhora da força, resistência e coordenação muscular do assoalho pélvico, promovendo reabilitação funcional e reduzindo sintomas. A eletroestimulação pélvica é um recurso terapêutico amplamente utilizado para fortalecer os músculos do assoalho pélvico e melhorar o controle neuromuscular. A técnica consiste na aplicação de correntes elétricas de baixa frequência por meio de sondas transvaginais, transanais ou eletrodos de superfície, visando à ativação muscular, melhora da propriocepção e modulação da dor. Esta abordagem é especialmente indicada para casos de hipotonia muscular, disfunções sexuais, reabilitação pós-parto ou pós-cirúrgica, incontinência urinária e fecal, bem como para o tratamento da bexiga hiperativa.

**Objetivo**

O objetivo deste trabalho foi descrever e analisar a utilização da eletroestimulação pélvica como recurso fisioterapêutico no tratamento das disfunções uroginecológicas

**Material e Métodos**

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura. A busca de artigos foi realizada em bases de dados como Google Acadêmico e PubMed, utilizando os descritores “fisioterapia”, “disfunções do assoalho pélvico” e “eletroestimulação pélvica”. Foram incluídos estudos que abordassem a aplicação da eletroestimulação transvaginal, transanal, transcutânea ou percutânea para o tratamento de disfunções uroginecológicas, com ênfase em resultados clínicos, protocolos utilizados, benefícios e limitações. Foram excluídos estudos que não apresentavam resultados aplicáveis à prática clínica ou que se restringiam a populações não relacionadas às

disfunções uroginecológicas.

## Resultados e Discussão

A literatura revisada demonstra que a eletroestimulação pélvica promove melhora significativa da força muscular, da continência urinária e da qualidade de vida de pacientes com disfunções do assoalho pélvico. Estudos apontam que a eletroestimulação transvaginal é eficaz no tratamento da incontinência urinária de esforço, enquanto a estimulação transcutânea e a neuroestimulação percutânea do nervo tibial posterior apresentam bons resultados no controle da bexiga hiperativa e urgência miccional. Entre os benefícios relatados estão o aumento da força de contração do assoalho pélvico, melhora da propriocepção e redução da dor pélvica crônica. Apesar dos resultados positivos, algumas limitações são apontadas, como a necessidade de adesão do paciente ao tratamento, a possibilidade de desconforto durante a aplicação. Ainda assim, a eletroestimulação se mostra uma alternativa terapêutica, especialmente quando associada a exercícios de fortalecimento e outras intervenções fisioterapêuticas.

## Conclusão

A eletroestimulação pélvica é um recurso promissor no tratamento fisioterapêutico das disfunções uroginecológicas, apresentando benefícios clínicos importantes, como melhora da continência e da função sexual. Contudo, novos estudos com amostras maiores e protocolos padronizados são necessários para fortalecer a evidência científica e otimizar os resultados clínicos.

## Referências

1. Berghmans B, et al. Electrical stimulation for urinary incontinence in women: a systematic review. Int Urogynecol J. 2020;31(6):1127-1143.
2. Pires P, et al. Eletroestimulação do assoalho pélvico no tratamento da incontinência urinária. Fisioterapia em Movimento. 2019;32:e003210.
3. Dumoulin C, et al. Conservative management for female urinary incontinence and pelvic organ prolapse. J Obstet Gynaecol Can. 2021;43(1):S1–S48.